



Ofício nº 653/2014/GP.

São Pedro, 11 de dezembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Dr. Cássio Hellmeister Capellari
Presidente da Câmara Municipal de São Pedro
Pc. Adolpho B. Bragaia, 846
São Pedro / SP.

Ref. Requerimento nº 038/2014.

Senhor Presidente,

Com os nossos atenciosos cumprimentos e em atenção ao Requerimento supramencionado de autoria do nobre Vereador Albino Antunes, vimos mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência com a finalidade de encaminhar em anexo a resposta solicitada.

Sendo o que nos oferecia para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevado respeito e distinta consideração.

Atenciosamente,


Hélio Donizete Zanatta
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de São Pedro

Data: 15/12/2014

Hora: 15:40:00

Procedência: PODER EXECUTIVO

Assunto: **Resposta do
requerimento nº
038/2014**

00641/2014
Número de Protocolo

São Pedro, 11 de dezembro de 2014.

Ao Ilmo. Sr. Vereador,


Referente: resposta ao requerimento 038/2014 – “Requer ao Chefe do Poder Executivo, que seja enviado ofício á Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, questionando sobre o porque não está sendo entregue as correspondências nos Bairros Samambaia e Nova Aurora”.

Com os nossos atenciosos cumprimentos, vimos à presença de Vossa Senhoria e desta Colenda Casa de Leis, em resposta ao requerimento acima referido, esclarecer que para que se possa pleitear junto à empresa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a entrega de correspondência nos bairros Samambaia e Nova Aurora é necessário observar se os mesmos atendem a todas as exigências da Portaria nº 311 de 1998 do Ministério das Comunicações, quais sejam:

- I – existência de logradouros oficializados junto a Prefeitura Municipal e placas identificadoras, o que é comprovado mediante apresentação de cópias de leis e decretos e fotografias anexas;
- II – existência de numeração idêntica oficializada pela Prefeitura Municipal e caixa receptora de correspondências;
- III – a numeração dos imóveis obedece a critérios de ordenamento crescente, sendo um lado do logradouro par e outro impar; e
- IV – os locais a serem atendidos ofereçam condições de acesso e de segurança de modo a garantir a integridade física do carteiro e dos objetos postais a serem distribuídos.

Destacamos que atendidos os requisitos da referida portaria, poderá ser pleiteado pelo nobre parlamentar a remessa de ofício aos Correios para atendimento do pedido ou ainda requer a remessa por parte deste Poder Executivo Municipal.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria, nossos protestos de elevado respeito e distinta consideração.


Thiago Silvério da Silva
 Vice-prefeito
 Secretário de Governo

A Sua Senhoria
Albino Antunes
DD. Vereador – Câmara Municipal de São Pedro

Ministério das

Comunicações

(http://www.mc.gov.br/)

Buscar no portal



Perguntas frequentes (/perguntas-frequentes) | Contato (/contato) | Serviços (/servicos-mc) | Dados abertos (/dados) | Área de imprensa (/area-de-imprensa)

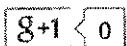
Página inicial (/) | Portarias (/portarias) | Portaria nº 311, de 18 de dezembro de 1998

☰ MENU

Portaria nº 311, de 18 de dezembro de 1998 (/portarias/27243-portaria-n-311-de-18-de-dezembro-de-1998)

Criado Imprimir (/portarias/27243-portaria-n-311-de-18-de-dezembro-de-1998?tmpl=component&print=1&page=) em

Quinta, 17 Dezembro 1998 00:00 | Última atualização em Quinta, 17 Dezembro 1998 00:00



Tweetar

(http://twitter.com/)

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e com suporte no Decreto Nº 2.389, de 18 novembro de 1997, resolve:

Art. 1º Disciplinar a distribuição postal de objetos dos serviços de carta, de telegrama, de impresso e de encomenda não urgente, de acordo com os princípios gerais definidos nesta Portaria.

Art. 2º Determinar que a distribuição postal de que trata o art. 1º seja realizada nos municípios caracterizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da seguinte maneira:

I - em domicílio;

II - centralizada em unidade Postal ou em Módulo de Caixas Postais Comunitárias – CPC.

Art. 3º A distribuição postal obedecerá as seguintes frequências mínimas:

FREQÜÊNCIAS MÍNIMAS

Duas vezes por semana

Três vezes por semana

Cinco vezes por semana

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Até 5.000

Acima de 5.000 até 50.000

Acima de 50.000

§ 1º A distribuição postal, conforme estabelecida neste artigo, deverá estar implantado até 31 de dezembro de 1999

§ 2º Nas áreas rurais e nos aglomerados urbanos dos municípios que atendam às condições descritas no art. 4º, mas que não tenham uma quantidade mínima diária de trezentos objetos postais, concentrados em um raio de três quilômetros, a freqüência de distribuição será de, no mínimo, uma vez por semana.

Art. 4º A distribuição em domicílio será garantida quando atendidas as seguintes condições:

- I - os logradouros estejam oficializados junto a prefeitura municipal e possuam placas identificadoras;
- II - os imóveis possuam numeração idêntica oficializada pela prefeitura municipal e caixa receptora de correspondência, localizada na entrada;
- III - a numeração dos imóveis obedeça a critérios de ordenamento crescente, sendo um lado do logradouro par e outro ímpar; e
- IV - os locais a serem atendidos ofereçam condições de acesso e de segurança de modo a garantir a integridade física do carteiro e dos objetos postais a serem distribuídos.

Art. 5º A distribuição centralizada em Unidade Postal ocorrerá quando:

- I - as condições definidas no art. 4º não forem integralmente satisfeitas;
- II - o objeto, por suas características, tais como peso, dimensões e condições de entrega, não possa ser entregue em domicílio;
- III - o endereçamento assim o determinar.

§ 1º A distribuição centralizada ocorrerá em Módulos de Caixas Postais Comunitárias quando, além das condições descritas nos incisos deste artigo, se verificarem as condições previstas na Portaria/MC nº 141, de 28 de abril de 1998.

§ 2º No caso de localidades com menos de quinhentos habitantes, o objeto postal ficará disponível na Unidade Postal mais próxima do endereço indicado.

Art. 6º A distribuição postal dos objetos endereçados a edifício residencial com mais de um pavimento, centro comercial, repartições públicas, hotel, pensão, quartel, hospital, asilo, prisão, escritório, empresa ou companhia comercial ou industrial, embaixada, legação, consulado, associações, estabelecimentos de ensino, estabelecimento religioso, estabelecimento bancário ou qualquer outra coletividade, será feita por meio de uma caixa receptora única de correspondências, instalada na área de acesso à edificação ou do porteiro, administrador, zelador ou pessoa destacada para esse fim.

Parágrafo único. Poderá ser adotada outra modalidade de distribuição, desde que não haja prejuízo da garantia mínima fixada no caput deste artigo.

Art. 7º no caso de impossibilidade de entrega ao destinatário ou a quem de direito, por qualquer motivo, o objeto será devolvido ao remetente, exceto no caso de impressos sem devolução garantida ou automática, os quais serão destinados a refugo

Art. 8º A ECT deve apresentar à Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, até sessenta dias após a publicação desta Portaria, o planejamento de implantação da distribuição postal conforme estabelecido neste ato.

§ 1º O planejamento deverá conter, no mínimo, as seguintes previsões para cada etapa de implantação:

I - total da população atendida com distribuição domiciliária; e

II - total de população atendida com distribuição centralizada.

§ 2º Os planejamentos futuros para a expansão ou readequação dos serviços de distribuição postal deverão ser encaminhados anualmente à Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO